O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, solicito a retirada do pedido de verificação de votação do projeto. Nós vamos fazer a declaração de voto, e nós vamos retirar.

Passo a ler a declaração de voto:

Declaração de Voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao PL nº 586, de 2016, autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal para o fim que especifica.

O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, apresentou o Projeto de Lei ns 586, de 2016, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal para o fim que especifica.

O referido projeto de lei visa a "aquisição de equipamentos de informática" e que os "recursos são provenientes de receita diferida do exercício de 2015 do Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça Militar". Estes recursos se configuram como excesso de arrecadação.

Segundo a justificativa do governador "Os recursos são provenientes de receita diferida do exercício de 2015 do Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça Militar, cuja confirmação de excesso de arrecadação foi demonstrado pelo Departamento de Finanças do Estado, da Coordenadoria de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda".

Em 2015, segundo o Sigeo (Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentaria) a receita prevista foi de R$ 1,8 milhão e o arrecadado R$ 3,659 milhões, ou seja, um excesso de arrecadação de R$ 1,857 milhão e uma receita deferida de apenas R$ 148 mil. A despesa realizada do fundo foi de R$ 3,659 milhões, ou seja, toda a receita arrecadada foi gasta em 2015.

O artigo 73 da lei 4320 de 1964 determina que: "O saldo positivo do especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo". E como vimos pelos números acima extraídos do Sigeo isto não ficou demonstrado.

A própria Lei nº 9.653, de 14 de maio de 1997, que institui o fundo especial de despesa, no parágrafo único do artigo 3º aponta que: "Os saldos financeiros, apurados em balanços anuais, serão transferidos para o exercício seguinte, a crédito dos próprios Fundos".

O próprio site do Tribunal de Justiça Militar apresenta receita e despesa desse Tribunal, mas não detalha dados do Fundo Especial de Despesa e nem apresenta o seu balanço anual.

No presente caso, não há rubrica prevista para investimentos no orçamento de 2016. O credito especial esta previsto no artigo 41 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. E de acordo com esta lei é para os casos "para as quais não haja dotação orçamentaria específica".

A falta de transparência do Governo do Estado demonstrado no fato de não haver publicação de Balanço do fundo do Tribunal de Justiça militar, aliado a que as afirmações presente na justificativa que não se encontram fundamentadas no projeto apresentado.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores declara seu voto contrário ao PL 586/2016, mas não poderia se furtar a fazer o debate político acerca do tema, e apontar a falta de transparência do Governo Estadual.

Deputado José Zico Prado - Líder da Bancada do PT

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Com o pedido de retirada, fica aprovado o Projeto de lei 586/16.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todos os nossos deputados, por entenderem a importância desse projeto para o Tribunal de Justiça Militar, em particular ao nosso deputado Zico e à bancada do PT, que entendeu a importância do projeto e retirou o pedido de verificação de votação.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para agradecer aos deputados pela aprovação do projeto do Tribunal de Justiça Militar, e em especial ao deputado José Zico Prado que, atendendo ao nosso apelo, e compreendendo a importância do projeto, retirou o pedido de verificação de votação.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia, lembrando-os da sessão extraordinária hoje, às 19 horas, e da reunião da CCJ.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 34 minutos.

* * *

22 DE NOVEMBRO DE 2016
47ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: ANALICE FERNANDES

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES
Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento de emendas de plenário, aos PL 112/03 e 302/09, razão pela qual retornam às Comissões, ficando adiadas suas apreciações. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à
ORDEM DO DIA

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Tramitação Ordinária.
Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0112, de 2003, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a concessão de passe livre, às pessoas portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário. Pareceres nºs 1783 e 1784, de 2003, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis.
Há sobre a mesa emenda de plenário, motivo pelo qual o projeto retorna às comissões.
Item 2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 302, de 2009, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre critérios para ingresso em estabelecimentos estaduais de ensino médio, técnico e superior para pessoas com deficiência. Pareceres nºs 1.307 e 1.308, de 2009, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.
Há sobre a mesa emenda de plenário, motivo pelo qual o projeto retorna às comissões.
Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.
Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 05 minutos.

* * *

23 DE NOVEMBRO DE 2016
171ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: JOOJI HATO
Secretário: RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença e dá as boas-vindas a vereadores mirins da Câmara Municipal de Tarumã, acompanhados do prefeito Jairo da Costa Silva, da vice-prefeita Itanei Guedes Ribeiro, do presidente da Câmara Ronaldo Sepulveda, além dos vereadores João Aparecido Coelho, Anizio Leme de Souza, Wander Camargo dos Santos, Vitor Onório da Costa, Everson Luiz de Camargo, Edélcio Francisco Silvério e Lucilene Alves Medeiros, a convite do deputado Fernando Cury. Cumprimenta médicos residentes, também presentes nas galerias.
2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Discorre sobre a crise econômica pela qual passa o País. Avalia que a Previdência Social passará por um desmonte, caso avancem as propostas do governo federal. Defende a classe trabalhadora, a quem atribui o mérito pela construção do Brasil. Chama a atenção para os atuais índices de desemprego. Faz cobrança pela taxação de grandes fortunas. Apela para que a população ocupe novamente as ruas.
3 - CARLOS GIANNAZI
Faz comentários acerca de duas movimentações que acontecem neste Parlamento: a de médicos do estado de São Paulo, que estão sem o reajuste da bolsa residência, e a de representantes das Apaes, que reivindicam o aumento dos convênios da entidade. Tece críticas à gestão tucana, que alega não ter recursos, mas que, adita, contempla as grandes empresas com benefícios fiscais. Explica que, por conta de isenções fiscais, o governo deixou de arrecadar mais de um bilhão de reais. Declara apoio a ambas as categorias.
4 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Informa que na próxima terça-feira, 29/11, uma comissão de médicos residentes será recebida no Colégio de Líderes. Solidariza-se com as reivindicações dos médicos.
5 - EDMIR CHEDID
Para comunicação, anuncia a presença da deputada distrital Sandra Faraj, autora de projeto de lei que cria o atestado médico digital. Dá as boas-vindas à parlamentar.
6 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Reitera os cumprimentos à deputada distrital, Sandra Faraj.
7 - WELSON GASPARINI
Presta homenagem às Apaes, pelo trabalho realizado. Destaca a atuação da entidade em Ribeirão Preto. Apela por uma reação social, visando à busca de melhorias para o Brasil. Tece críticas à postura do eleitor que se absteve de votar, ou votou nulo ou em branco, no último pleito. Repudia a corrupção que, opina, vigora no País.
8 - ROBERTO MORAIS
Saúda os representantes das Apaes. Lembra que o primeiro projeto de lei de sua autoria, aprovado nesta Casa, foi voltado para a área da Saúde. Tece comentários sobre a crise econômica do Brasil. Discorre sobre a duplicação de rodovia na região de Piracicaba, que foi interrompida por falta de recursos financeiros. Faz explanação sobre o caso. Lamenta a recorrência de acidentes fatais naquela estrada.
9 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Declara apoio aos médicos residentes e aos representantes das Apaes, presentes nas galerias.
10 - RAFAEL SILVA
Tece considerações acerca da importância do discurso na política. Acrescenta que, no entanto, se faz necessário um comprometimento real em torno das demandas sociais. Destaca a atuação das Apaes. Cita Rui Barbosa.
11 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Dá conhecimento da visita de vereadores da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, Carlão Motorista, Juca Bortolucci e Carlos Fontes, a quem saúda.
12 - LUIZ CARLOS GONDIM
Discorre sobre o baixo valor repassado às Apaes. Ressalta o trabalho do voluntariado, a seu ver, responsável pela manutenção das entidades. Apela para que os governos estadual e federal assumam o custo das Apaes, a fim de dar dignidade aos que precisam da instituição. Cita dificuldades enfrentadas pela entidade, a quem declara apoio.
13 - CORONEL TELHADA
Discursa sobre os problemas apresentados pelas Apaes. Informa que o líder do PSDB já está a par da situação e que toda a bancada está solidária à causa. Destaca que os 94 parlamentares apoiam a entidade. Mostra fotos de acidente com viatura da Polícia Militar e outra, dos Doutores da Alegria, que atuam junto às crianças com câncer. Lembra a deficiência física da deputada Célia Leão.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - PAULO CORREA JR
Pelo art. 82, oferece sua solidariedade às reivindicações da Apae. Defende o reconhecimento de Cubatão como estância turística. Relata notícia que atribui críticas à cidade a um deputado desta Casa, que lamenta.
15 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, comenta audiência em defesa da Educação Especial. Enfatiza a necessidade de investimentos para melhoria do atendimento a portadores de necessidades especiais nas escolas regulares. Ressalta a relevância do atendimento prestado pelas Apaes. Defende o reajuste da verba da instituição, a assinatura de convênio para 2017 e a previsão de gastos com a entidade no Orçamento. Afirma a importância de pressionar o Executivo estadual. Considera que o governo estadual prioriza o setor empresarial na destinação de verbas.
16 - BETH SAHÃO
Pelo art. 82, informa que acompanha cotidianamente as dificuldades enfrentadas pelas entidades filantrópicas, em particular as Apaes. Reprova a postura do governo estadual em relação ao financiamento das instituições que, a seu ver, atendem demanda não contemplada pelo Estado. Enfatiza a necessidade de investimentos nos profissionais que atuam com o cuidado de pessoas. Critica parlamentares pela postura contraditória em relação ao tema. Situa esta Casa como espaço democrático. Lamenta a morte de trabalhadores bolivianos em São Paulo, em função do regime de trabalho análogo à escravidão.
17 - JOSÉ ZICO PRADO
Para comunicação, tece elogios ao trabalho realizado pelas Apaes. Desaprova o baixo repasse de verbas do Estado à instituição. Afirma a importância da presença dos manifestantes nesta Casa.
18 - IGOR SOARES
Pelo art. 82, aponta seu apoio às reivindicações dos trabalhadores da Apae. Elogia a atuação da entidade. Relata suas ações como parlamentar em defesa das Apaes. Declara que seu vínculo ao governo estadual não o faz alienado em relação às questões públicas. Informa que fora eleito como prefeito de Itapevi. Lamenta a necessidade de busca de doações para manutenção das Apaes, por falta de financiamento público.
19 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Deseja boa gestão ao prefeito eleito de Itapevi, deputado Igor Soares.
20 - SEBASTIÃO SANTOS
Para comunicação, descreve ações da Frente Parlamentar em Prol da Atividade Pesqueira e da Aquicultura. Faz convite para workshop, com presença de autoridades, para discutir o turismo de pesca esportiva, em Orindiúva. Pontua que a lei federal que determina o chamamento público para estabelecimento de convênio com instituições filantrópicas impede o repasse orçamentário a elas.
21 - CAUÊ MACRIS
Pelo art. 82, comenta reunião com a presidente da Federação das Apaes do Estado de São Paulo, Crystiane Castro, secretário e técnicos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Refere-se a pronunciamento da deputada Célia Leão, a respeito do atendimento a pessoas com necessidades especiais. Afirma a necessidade de representantes públicos que compreendam o cotidiano do trabalho das instituições, nesta área. Aponta que os repasses governamentais cobrem apenas 60% dos gastos das Apaes, que assumem responsabilidades do Estado. Reprova o alto nível de exigências, inclusive a necessidade de chamamento público, para estabelecimento de convênios, que, a seu ver, inviabiliza sua execução. Tece elogios à mobilização dos trabalhadores das Apaes.
22 - CAUÊ MACRIS
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
23 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido. Agradece a presença dos visitantes. Faz elogios ao deputado Cauê Macris, ao qual deseja sucesso na mediação com o governo estadual para busca de solução às demandas da Apae e dos médicos residentes. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 24/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Ramalho da Construção para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de iniciarmos o Pequeno Expediente desta sessão, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a ilustre presença dos vereadores mirins da Câmara Municipal de Tarumã, no interior do estado de São Paulo, acompanhados aqui dos responsáveis Sr. Ronaldo Sepulveda, presidente da Câmara, Sr. Jairo da Costa e Silva, prefeito, Sra. Itanei Guedes Ribeiro Dias, vice-prefeita, João Aparecido Coelho, nosso querido vereador, assim como o vereador Anizio Leme de Souza, Sr. Wander Camargo dos Santos, vereador, Vitor Honorio da Costa, vereador, vereador Everton Luis de Camargo, vereador Edélcio Francisco Silvério, vereadora Lucilene Alves Medeiro, a convite do nobre deputado Fernando Cury. Esta Presidência tem a grata satisfação de trazer as boas vindas às ilustres pessoas que estão aqui nas galerias. Sejam bem-vindos a esta Casa. Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção, pelo tempo regimental.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, venho a este plenário na tarde de hoje para colocar mais uma vez nossa preocupação pela crise por que passa o nosso Brasil. Todos os setores têm sofrido muito com essa crise e, a cada dia, sofrem mais.

Convoco todo o povo para o grande ato que estamos promovendo para sexta-feira, dia 25. Vamos fazer uma movimentação por todo o Brasil, em especial em algumas fábricas, nas obras. Depois vamos fazer uma grande concentração em frente ao INSS, no Viaduto do Chá, para tentarmos chamar atenção para o desmonte que está acontecendo da Previdência Social.

Hoje, para se aposentar nós temos 85, 95 anos. Com o próximo projeto que vem aí, dificilmente as pessoas vão se aposentar. No meu setor, com certeza, não irão se aposentar. No setor da construção civil, você vai precisar ter 65 anos de idade mais 35 anos de contribuição previdenciária. É um setor de nômades, com rotatividade imensa e informalidade maior. Dificilmente os trabalhadores da construção irão se aposentar com o novo pacote que vem aí.

Por isso, nós estamos chamando atenção dos governos, dos deputados federais, dos senadores, de todas as pessoas que acompanham a crise no Brasil. Não foram os trabalhadores que fizeram, não foi o povo que fez a crise. Os trabalhadores não têm nada a ver com toda essa bandalheira, todo esse desvio e todas essas pessoas presas, os trabalhadores anoitecem e amanhecem construindo o Brasil, construindo cidadania, trabalhando para levar sustento à sua família.

Doze milhões de pessoas perderam emprego com carteira assinada, mais onze milhões de pessoas que já não tinham ocupação, então são vinte e três milhões de pessoas e nós ainda corremos o risco de perder uma série de direitos. Essa história de que vai fazer reforma, mas não se vão perder direitos me parece que está mais para "engana que eu gosto". Precisava entender melhor isso aí, eu não consigo entender como vai fazer isso sem tirar direitos dos trabalhadores, sem tirar direitos da sociedade, benefícios.

É verdade que é preciso cortar o cobertor curto em alguns lugares, mas vão lá e cortam sem sensibilidade nenhuma, isso em todos os governos, até mesmo no nosso às vezes cortam. Vem a ordem de cima dizendo que tem que cortar 20%, aí cortam 20%, às vezes, em áreas em que não se pode cortar. É absurdo cortar da Saúde, a nossa Saúde já está falida. Cortar da Educação será que é possível? Cortar da Segurança Pública? Talvez pensar em cortar despesa externa.

E quanto à aposentadoria? Mais uma vez, são os trabalhadores, o povo mais simples que paga as contas. Nenhum dos projetos apresentados, nem pelo governo anterior, nem pelo nosso governo atual, pelo qual estamos torcendo para dar certo, tem um item que diga que irá taxar as grandes fortunas, taxar os grandes banqueiros que ganham uma imensidade de dinheiro, taxar as heranças - há pessoas que nunca trabalharam na vida, mas recebem bilhões de herança.

Outra forma para compensar as aposentadorias, sem dúvida nenhuma, seria a legalização de cassinos, de jogos. Se fizermos uma conta, além de gerar mais de 150 mil postos de trabalho, geraria, se fossem regulamentados, mais de cinco bilhões por ano. Parece que silenciaram, não tenho ouvido mais falar sobre essa possibilidade de se criar condições para resolver o problema da Previdência.

Há outra forma. É um absurdo, nós temos mais de dez mil prédios da Previdência abandonados, sendo invadidos, sucateados. Roubam os vitrôs, os alumínios, roubam os fios, outros são invadidos. Podia-se pensar em vender esses prédios para fazer receita. Enfim, são muitas coisas que poderiam ser discutidas com a sociedade, com a população que está aqui presente.

Comentaram sobre os vereadores mirins, é uma coisa boa. É importante a criança já começar a gostar de política, que é o caminho de todos nós. A política, como diz o nosso governador Geraldo Alckmin, é um instrumento para servir. Não há nenhuma importância em se tornar um político, um parlamentar, se não for para servir.

Por isso nós estaremos aqui sempre atentos, chamando a atenção da sociedade. Se for preciso, vamos colocar o povo na rua. Já dizia o saudoso Ulysses Guimarães que o político morre de medo do povo na rua.

Eu acho que está na hora do povo começar a ir para as ruas. Sem baderna, sem quebra-quebra. Sou contra essas agressões que acontecem, contra o vandalismo, mas o povo precisa ir para as ruas para chamar a atenção de todos nós, políticos, para que possamos pensar melhor e debater melhor a situação econômica do Brasil, e principalmente uma política de geração de emprego e renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, quero primeiramente saudar todos os presentes, os médicos residentes e as pessoas ligadas à Apae.

Estamos hoje com duas grandes movimentações na Assembleia Legislativa. Os médicos residentes do estado de São Paulo, que estão sem o reajuste da bolsa-residência. Praticamente todos os estados deram o reajuste, só o estado de São Paulo, que é o estado mais rico da Federação, ainda não concedeu esse reajuste, o que é um verdadeiro absurdo.

Estamos também aqui recebendo hoje uma manifestação muito grande de alunos, pais de alunos, professores e servidores das Apaes, também reivindicando o reajuste para o governo estadual, para a Secretaria da Educação, dos convênios com as Apaes.

Também não houve ainda sinalização de reajuste, sendo que as Apaes cumprem um papel importante no atendimento da educação especial, para pessoas com deficiência. Já que o estado é omisso, quem acaba cumprindo esse papel são as Apaes, em todo o Brasil, e sobretudo no estado de São Paulo.

A Secretaria de Saúde não reajusta os salários dos médicos residentes e a Secretaria de Educação não reajusta os convênios das Apaes. Por quê? Porque o governo diz que não tem dinheiro, diz que não tem recurso, mas na verdade tem sim. Eu queria dizer isso para vocês que estão aqui, médicos residentes e representantes das Apaes.

Tem dinheiro e tem muito dinheiro no Orçamento. A questão é outra. A questão é que esse governo vem dando há muito tempo isenções e benefícios fiscais para setores econômicos, setores empresariais do estado de São Paulo. Essa denúncia nós já fizemos aqui inúmeras vezes.

Vou dar aqui alguns exemplos. Os grandes frigoríficos do estado de São Paulo, desde 2011, foram beneficiados, com um decreto do governador Geraldo Alckmin, com benefícios fiscais. De 2011 até o ano passado, nós deixamos de arrecadar, por conta desse decreto, dessa isenção, mais de um bilhão de reais.

O mesmo acontece com empresas do agronegócio, com as grandes avícolas, que estão também nessa lista, com as mineradoras, com a Ambev. A Ambev recebe isenção fiscal. Vocês sabiam? Então, não há dinheiro para vocês, residentes médicos, mas há dinheiro para a Ambev, para os grandes frigoríficos do estado de São Paulo, sem nenhuma contrapartida para a população.

Tem mais. Se fosse só isso, tudo bem. É muito pior, porque muitas dessas empresas que eu citei, desses setores, são setores que financiam campanhas eleitorais de deputados estaduais, do governador Geraldo Alckmin, de vereadores, prefeitos e partidos políticos, principalmente os partidos que estão aqui na Assembleia Legislativa. Eles são beneficiados com o financiamento de campanha.

O Rio de Janeiro é um Estado que está sendo desmontado. Ficou muito claro no debate do Rio de Janeiro que uma das causas foi exatamente as isenções fiscais dadas pelo Governo do Rio de Janeiro, sobretudo pelo Governo Cabral, que hoje está preso, encarcerado. É por isso que não tem dinheiro no Rio de Janeiro para pagar professor, aposentados, servidores da Saúde e as Apaes.

O governo beneficiou os grandes empresários e as grandes empresas. O mesmo acontece aqui em São Paulo. Há dinheiro sim. O Orçamento do estado de São Paulo é de 206 bilhões de reais. Só que o Orçamento é disputado pelo poder econômico, por esses grupos empresariais, financiadores de campanhas eleitorais e por nós, que defendemos as áreas sociais, e por vocês que estão aqui, defendendo o reajuste no convênio da Apae.

Sr. Presidente, é uma humilhação que o governo Alckmin só pague 291 reais para uma criança, um aluno da Apae. Isso é insuficiente e está muito aquém para que a Apae possa dar um mínimo de atendimento para essas crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência. Isso também ocorre com os nossos residentes da área médica, que cumprem um papel importante não só do ponto de vista da aprendizagem e formação, mas atendem a população, pois temos um sistema falido, em que faltam médicos e servidores da Saúde. No geral, quem segura mesmo a onda lá na ponta do hospital é o médico-residente, principalmente no estado de São Paulo. (Manifestação nas galerias.)

No entanto, o governo nega-se a fazer o reajuste na Secretaria da Saúde. Vocês estão no lugar certo hoje, porque iremos votar o Orçamento para 2017 e temos que aprovar uma emenda que garanta uma dotação orçamentária para que vocês possam ter o reajuste. Vamos fazer pressão. Vamos pressionar todos os 94 deputados e todos os partidos políticos.

Da nossa parte, a bancada do PSOL estará pressionando o tempo todo para que essa proposta seja aprovada no Orçamento para 2017. Iremos aprovar o Orçamento até o dia 15 ou 16 de dezembro. Se eles não colocarem essa dotação orçamentária, nós iremos obstruir todas as votações e todo o processo de debate do Orçamento para 2017. Contem com o nosso total apoio. (Manifestação nas galerias.) Parabéns pela mobilização dos médicos e das Apaes.